

Anistia luta contra pena de morte no Brasil

Luciana Villas-Bôas

Esta semana e na próxima começarão a pingar no Congresso Nacional algumas centenas de cartas, dirigidas aos constituintes considerados "mais influentes" pela Seção Brasileira da Anistia Internacional, expondo os motivos por que a organização se opõe e luta contra a pena de morte. A ação, além de estar perfeitamente integrada às tradicionais bandeiras da Anistia, é vista pelos dirigentes da Seção Brasileira como uma medida importante para mostrar ao público que a entidade não se interessa só por gente e problemas de países distantes, mas está voltada também para a realidade nacional.

— A Anistia não se envolve com os grandes temas nacionais, como reforma agrária e dívida externa e, por isso, há quem, especialmente em alguns setores da esquerda, queira configurá-la como uma organização meio alienada, sem vínculos com a realidade e os problemas daqui — analisa o jornalista Rodolfo Konder, 49 anos, vice-presidente da Seção Brasileira, que, desde 1984, tem sede em São Paulo. "Mas a acusação é injusta", diz ainda Rodolfo.

A acusação é injusta. De fato, a Anistia, um gigantesco movimento internacional com cerca de 500 mil ativistas em mais de 150 países, tem objetivos muito específicos: a libertação imediata e incondicional dos prisioneiros de consciência em todo o mundo, a realização de julgamentos justos e sem protelação para todos os presos políticos e o fim da pena de morte e da tortura para qualquer ser humano. Em torno deles, a principal atividade de um militante é — de posse de dossiês preparados pelo centro de pesquisas da entidade, em Londres — escrever a governos estrangeiros em favor de vítimas de arbitrariedades. O que não quer dizer que quem escreve não possa ser vítima do mesmo tipo de injustiça.

— Dois argumentos são suficientes para explicar este procedimento — afirma Patrice Worms, secretário executivo da Seção Brasileira da Anistia. "Primeiro, ele contribui para reafirmar a imparcialidade ideológica da organização e para evitar qualquer tipo de manipulação político-partidária. Em segundo lugar, preserva a segurança dos ativistas da Anistia", conclui Patrice.

Olavo Rufino



Konder: sem alienação

Os esforços pela justiça no mundo

“Travei meu primeiro contato com a Anistia no papel de protegido da organização, enquanto refugiado político da ditadura brasileira na Suécia”, conta Rodolfo Konder. “Lá, sentia que me olhavam como a concretização, em carne e osso, dos esforços que faziam por mais justiça no mundo”.

O Brasil ainda merece ser olhado com muita atenção pela Anistia. A maior prova disso é o bate-boca travado em maio entre a organização e o ministro da Justiça, Paulo Brossard. Porque centenas de militantes da Anistia enviaram cartas a Brossard pedindo informação sobre torturas sofridas por camponeses sem-terra de Santana do Araguaia, presos sob suspeita de terem assassinado o fazendeiro Tarley Andrade, em janeiro. O ministro Brossard afirmou numa reunião do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana que não receberia “qualquer representante de um organismo inidôneo”.

Matriz — No Brasil, porém, a estrutura da Anistia ainda é incipiente. A organização reúne em torno de 500 ativistas e simpatizantes. Há um escritório em Porto Alegre bastante movimentado, até para se autofinanciar, mas a sede nacional, em São Paulo, precisa receber verbas da matriz, em Londres. Por isso mesmo, os ativistas aqui querem agitar, além das duas grandes campanhas internacionais do ano — contra a pena de morte e contra as arbitrariedades no Irã —, formas de colaboração com instituições brasileiras.

— Vamos fornecer regularmente ao Itamarati relatórios sobre a situação dos direitos humanos em qualquer país aonde vá um novo embaixador brasileiro — informa Rodolfo Konder. “E, por sua vez, acertamos com o embaixador Nelson Wedekin o fornecimento do mesmo material ao Congresso, para que sabatine os novos embaixadores, indicados pelo Executivo, com conhecimento de causa.”

No Brasil, na verdade, a Anistia tem ainda um grande objetivo a alcançar: o envio ao Congresso Nacional, para que seja ratificada, a Convenção contra a Tortura, que, com tanto estardalhaço, o presidente Sarney assinou na ONU em 1985. Sem a ratificação do Congresso, a Convenção, que estabelece o direito de prisão e julgamento de torturadores de qualquer nacionalidade em qualquer país, não tem valor. (L.V.)

IB 09.08.87, p. 82, 12 C.